



**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**  
Estado de Pernambuco

Cabo de Santo Agostinho, 23 de março de 2016.

Ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE.

**O Parecer da Controladoria Geral do Município do Cabo de Santo Agostinho**

**- Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (Art. 212 da CF/88)**

O valor total da receita resultante de impostos realizada pelo município do Cabo de Santo Agostinho no exercício 2015 foi R\$ 389.745.698,92. De acordo com a norma Constitucional, o montante mínimo a se aplicar na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino seria R\$ 97.436.424,73 que corresponde a 25% da receita resultante de impostos.

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 6º Bimestre 2015, o total das despesas com ações típicas em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, considerando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, somou R\$ 149.074.934,79. Abatidas, deste montante, as deduções consideradas para fins do limite constitucional, R\$ 42.761.761,38, o resultado das despesas para fins do limite chegou a R\$ 106.313.173,41, este valor representa 27,28% das receitas resultantes de impostos em MDE.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL JOAQUIM NABUCO  
Rua Manoel Queiroz da Silva, 145 – Bairro Torrinha – Cabo de Santo Agostinho-PE  
CEP 54.525-180



**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**  
Estado de Pernambuco

Observando o exposto concluímos que o Município do Cabo de Santo Agostinho cumpriu a exigência constitucional relativa à Manutenção e Desenvolvimento de Ensino.

**- Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 2º da LC 141/12)**

Relativo às Ações e Serviços Públicos de Saúde a norma legal exige a aplicação de no mínimo 15% da receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais. O Município do Cabo de Santo Agostinho aplicou, já abatidas as devidas deduções, o montante de R\$ 84.985.206,03, que equivale a 22,04% da receita de impostos líquida e transferências constitucionais e legais. O percentual aplicado a maior corresponde a R\$ 27.156.667,86.

**- Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07)**

No que concerne ao Art. 22 da Lei Federal nº 11.494/07, de acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 6º Bimestre 2015, as despesas com pagamento dos Profissionais do Magistério da Educação Básica totalizaram R\$ 79.864.287,01. Abatidas, deste montante, as deduções para fins de limite do FUNDEB (Restos a Pagar), o Município do Cabo de Santo Agostinho aplicou 89,24% dos recursos do FUNDEB na Remuneração do Magistério.

Considerando que o mínimo a se aplicar é 60% verificamos que o valor aplicado a maior corresponde à R\$ 25.863.266,12, bem como, concluímos o pleno atendimento do dispositivo legal.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL JOAQUIM NABUCO  
Rua Manoel Queiroz da Silva, 145 – Bairro Torrinha – Cabo de Santo Agostinho-PE  
CEP 54.525-180



**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**  
Estado de Pernambuco

**- Repasse de Duodécimo (Art. 29-A da CF/88)**

O valor a ser repassado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, de acordo com o determinado pela Constituição Federal, se baseia em receitas específicas arrecadadas pelo respectivo Poder Executivo no exercício imediatamente anterior, neste caso 2014. O valor destas receitas foi R\$ 395.989.243,41. Aplicando-se o percentual de 6%, de acordo com o artigo 29-A da Constituição, obtemos como limite anual da despesa do Poder Legislativo Municipal o valor de R\$ 24.331.317,54. Este foi exatamente o valor repassado pelo Poder Executivo ao Legislativo no exercício 2015. Salientando que todos os repasses ocorreram até o dia 20 de cada mês.

**- Despesa com Pessoal (Art. 20, inciso III da LC 101/00)**

A Despesa Total com Pessoal do exercício 2015, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015, fechou em 54,27% da Receita Corrente Líquida – RCL. Considerando o limite máximo de 54% o excedente equivale à R\$ 1.377.092,89, que ao ser dividido por 13 demonstra a média mensal sobressalente em R\$ 105.930,22.

**- Dívida Consolidada Líquida (Art. 3º, inciso II da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)**

No fechamento do exercício 2015 a Dívida Consolidada Líquida – DCL do Município do Cabo de Santo Agostinho, no montante de R\$ 31.001.894,33, corresponde à 6,01% da Receita Corrente Líquida – RCL, de acordo com o

*JG*



**PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO**  
Estado de Pernambuco

Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015. O limite definido pelo Senado Federal é de 120%.

**- Operação de Crédito (Art. 7º, inciso I, da Resolução nº 43/2011 do Senado Federal)**

Durante o exercício 2015 o Município do Cabo de Santo Agostinho contratou operação de crédito. Em 18 de março de 2015 o município recebeu R\$ 2.638.000,00, e em 30 de março de 2015 recebeu R\$ 65.850,00. Estes recursos foram destinados para a aquisição de equipamentos, conforme processo nº 042/2014, pregão nº 018/2014, e processo nº 124/2014, pregão nº 056/2014. Os itens licitados estão de acordo com o Contrato SIAPF nº 0416.768-81, firmado entre a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho e a Caixa Econômica Federal.

  
Alinne Gislaine Liberal Torreão  
Controladora Geral